TJ-SP rejeita ações de Luis Roberto Demarco contra diretor da ConJur

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve duas decisões que rejeitam ações propostas pelo empresário e ex-sócio do Grupo Opportunity Luis Roberto Demarco contra o jornalista Márcio Chaer, diretor da revista **Consultor Jurídico**.

Em fevereiro, a 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo [manteve a decisão](#) que rejeitou a queixa-crime em que Demarco acusa o jornalista de calúnia, injúria e difamação por conta do conteúdo de [reportagem](#) publicada em setembro de 2011. A notícia é sobre a extinção de uma ação contra Daniel Dantas proposta pelos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Lauro Cardoso. A ação extinta ficou famosa por ter sido produzida em um computador da Nexxy Capital, empresa pertencente a Demarco — adversário de Dantas —, conforme explica o texto publicado na **ConJur**.

Segundo o relator, desembargador Walter da Silva, o jornalista “em momento algum publicou matéria com o intuito de ter em foco a pessoa do querelante [Demarco].” Ele afirma que Chaer escreveu “apenas com o intuito de narrar e opinar, sempre nos limites do razoável, jamais tendo em foco a pessoa do querelante”. O diretor da **ConJur** foi defendido pelo advogado **José Luis de Oliveira Lima**, do escritório Oliveira Lima, Hungria, Dall’Acqua & Furrier Advogados.

Em janeiro deste ano, a [1ª Câmara de Direito Privado](#) do TJ-SP também manteve a [decisão de primeira instância](#) que rejeitou o pedido de indenização feito por Demarco por calúnia e difamação. O empresário reclamava de comentários feitos em artigo publicado por Chaer no site *Observatório da Imprensa* em julho de 2008.

Nesse processo, a defesa do jornalista foi feita pelo advogado **Alexandre Fidalgo**, do escritório Espallargas Gonzales Sampaio e Fidalgo Advogados. No artigo, o diretor da **ConJur** critica a atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e também da imprensa, em uma época em que as operações da PF estavam em seu auge.

Clique [aqui](#) para ler a decisão da 14ª Câmara de Direito Criminal.

Clique [aqui](#) para ler a decisão do 1ª Câmara de Direito Privado.

Date Created

14/03/2013